

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1177942 - SP
(2017/0244447-5)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : MARIA ALICE DO CARMO PINHEIRO SIMOES
ADVOGADOS : PRISCILA MARIA PEREIRA CORREA DA FONSECA
- SP032440
PAULO CARVALHO CAIUBY - SP097541
AGRAVADO : SONIA YAHN - ESPÓLIO
REPR. POR : KATIA YAHN PINHEIRO SIMOES -
INVENTARIANTE
ADVOGADOS : LUCIANA MORSE DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
SP074569
MAURICIO GIANATACIO BORGES DA COSTA -
SP182842
KELLY BOTELHO DIAS - SP232810
ANA VITÓRIA MORELLO TEIXEIRA - SP393996

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS DE TERCEIROS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA AUTORA.

1. Para afastar a afirmação contida no acórdão atacado no sentido de que a celebração do negócio jurídico serviu para sanar equívocos na transferência da propriedade do bem, e também de inocorrência de doação na hipótese, seria necessário promover o reexame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via eleita, por força da Súmula 7/STJ.

2. A incidência do referido óbice impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator

